

# FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 22 a 26 de julho, em Brasília.

## TODOS OS OLHOS NO PRESIDENTE.

Com o Recesso Branco do Congresso Nacional, as ações do Poder Executivo passam a ter mais evidência até o início de agosto. A situação demanda habilidade e cautela do Palácio do Planalto, visto que as notícias envolvendo declarações do presidente Jair Bolsonaro que tem ganhado maior eco nos noticiários são justamente as mais polêmicas e, portanto, de maior risco. Entre os temas de repercussão nos próximos dias estão a possibilidade de nomeação do deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL/RJ) para comandar a embaixada do Brasil nos Estados Unidos, o novo corte orçamentário e a possibilidade de nova greve dos caminhoneiros.

**Em contraponto, o governo busca no anúncio da liberação dos saques das contas do FGTS**

conquistar uma visão mais otimista da população quanto a seu governo – que ainda sofre com as constantes reduções de expectativa de crescimento. O anúncio oficial deveria ocorrer na semana passada em cerimônia que marcou os 200 dias de seu governo, mas foi adiado em função dos alertas do setor da construção civil quanto aos impactos negativos de tal medida na geração de empregos e disponibilidade de infraestrutura e habitação para o país.

**O Governo precisa tratar o momento com o cuidado necessário.** O Parlamento segue trabalhando para ampliar ainda mais seu protagonismo na discussão dos principais temas do país, enquanto que os índices de aprovação da atual administração permanecem baixos em meio a polêmicas desnecessárias geradas dentro do próprio Palácio do Planalto.

## Destaques da Semana

### Semana

- [Durante a semana de 22 a 26 de julho](#), o Senado Federal e a Câmara dos Deputados se encontram em “recesso branco”.

## Poder Executivo

### Presidência da República

**Agenda do Presidente – Jair Bolsonaro**, nessa segunda (15), se reuniu com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, com o ministro da Economia, Paulo Guedes e com oficiais-generais da Aeronáutica.

### Casa Civil

**Agenda do ministro – Onyx Lorenzoni**, se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o secretário executivo da Casa Civil, José Vicente Santini, com o vice-primeiro ministro da Itália, Matteo Salvini e com a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier.

### MCTIC

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

**Agenda do Diretor – Fernando Antônio Rodrigues Dias** participou da Prova de Conceito da DGI.

**INPI**  
Instituto Nacional da  
Propriedade Intelectual

**Agenda Internacional do Presidente – Cláudio Furtado** viajará na quarta (24) para Montevidéu (Uruguai), para participar do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul.

**ME**  
Ministério da Economia

**Agenda do ministro – Paulo Guedes** se reuniu com o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra e com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

**Balança Comercial** – Para o saldo da balança comercial (resultado do total de exportações menos as importações), a projeção em 2019 caiu de US\$ 52 bilhões para US\$ 51 bilhões de resultado positivo. Para o ano que vem, a estimativa dos especialistas do mercado recuou de US\$ 46,60 bilhões para US\$ 46,50 bilhões. A previsão do relatório para a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, em 2019, ficou estável em US\$ 85 bilhões. Para 2020, a estimativa dos analistas recuou de US\$ 85,56 bilhões para US\$ 84,20 bilhões.

**BACEN**  
Banco Central do Brasil

**Agenda do presidente – Roberto Campos Neto** participou de reunião com representantes do Banco MUFG.

**Boletim Focus** – Após 20 reduções consecutivas, a estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia subiu ligeiramente. A estimativa para a inflação caiu, enquanto a da taxa básica de juros (Selic) foi mantida. O mercado manteve em 5,50% ao ano a previsão para a taxa Selic no fim de 2019. Atualmente, a taxa de juros está em 6,5% ao ano. A previsão do PIB subiu de 0,81% para 0,82% e a previsão para a inflação caiu de 3,82% para 3,78%. A projeção do mercado financeiro para a taxa de câmbio no fim de 2019 recuou de R\$ 3,80 para R\$ 3,75 por dólar. Para o fechamento de 2020, permaneceu em R\$ 3,80 por dólar.

**BNDES**  
Banco Nacional do  
Desenvolvimento

**Agenda do presidente – Gustavo Montezano** participou de reunião com representantes do Ministério da Cidadania e depois de reunião com representantes do Senado Federal.

## Poder Legislativo

Desde a última quinta (18), a Câmara dos Deputados e o Senado Federal entraram em recesso parlamentar, que vai até o dia 31 de julho. De acordo com a Constituição Federal, a interrupção da sessão legislativa em julho está condicionada à aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Como a LDO ainda não foi aprovada, a Câmara e o Senado instituíram o “*recesso branco*”, com previsão do retorno dos trabalhos no dia 1º de agosto (quinta-feira).

As Casas continuarão a funcionar oficialmente, mas não há sessões e deputados e senadores estão liberados para voltar às bases.

## Política

**Balanço legislativo do primeiro semestre (Câmara dos Deputados).** Além de aprovar a reforma da Previdência (PEC 6/19) em primeiro turno, a Câmara dos Deputados votou vários outros temas neste primeiro semestre de 2019, como medidas de prevenção de desastres com barragens, abertura do setor de aviação ao capital estrangeiro, regras de tramitação de medidas provisórias, adesão ao cadastro positivo e combate a fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Foram 3 propostas de emenda à Constituição, 22 projetos de lei, 12 medidas provisórias, 2 projetos de lei complementar, 15 projetos de decreto legislativo e 6 projetos de resolução. A esses se somam 66 projetos de lei e 51 projetos de decreto legislativo aprovados em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Fonte: Agência Câmara.

**Eduardo embaixador, caso Tabata e faxina no PSDB mudam cenário para 2020.** A 15 meses da eleição municipal, movimentações internas nos partidos embaralham a disputa pela Prefeitura de São Paulo, considerada a mais importante pelas siglas. A possível ida de Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) aos EUA, a guerra entre a deputada federal Tabata Amaral e seu partido, o PDT, e o movimento do prefeito Bruno Covas (PSDB) contra seu correligionário mineiro Aécio Neves têm efeito no cenário ainda incerto de pré-candidaturas. No PSL, o diretório estadual paulista é comandado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro, que deve ser indicado pelo pai, o presidente Jair Bolsonaro (PSL), à embaixada dos Estados Unidos. Seu afastamento da vida partidária pode beneficiar a deputada federal Joice Hasselmann (PSL-SP), que quer disputar a prefeitura e diz ter o apoio de Bolsonaro. Fonte: Folha de S. Paulo

**Sergio Moro e Rodrigo Maia vão até Campinas para viajar aos EUA.** Na semana passada, o ministro Sergio Moro embarcou em voo da Azul de Viracopos para Fort Lauderdale, nas férias com a família. Nesta semana foi o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, quem escolheu o trajeto. Quem decola com frequência por lá se pergunta por que autoridades desse calibre se deslocariam até o aeroporto de Campinas para fazer uma conexão. O Ministério da Justiça afirma que a opção pela rota foi o menor preço da passagem. A assessoria de Maia não respondeu. Questionado sobre o motivo da preferência, o aeroporto de Viracopos diz apenas que “foi eleito pelos passageiros o melhor aeroporto do Brasil no primeiro trimestre de 2019 na pesquisa de satisfação da Secretaria de Aviação Civil”. Fonte: Folha de S. Paulo

**PEC sobre novas regras e prazos de MPs deve ser promulgada em agosto.** O Congresso Nacional deve promulgar no início de agosto a proposta de emenda à Constituição (PEC) que altera as regras e prazos de tramitação de medidas provisórias (MPs). Aprovadas pelos senadores em 12 de junho, depois de oito anos de tramitação no Parlamento, as novas normas determinadas pela PEC 91/2019 asseguram ao Senado pelo menos 30 dias de prazo para analisar as medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo. Para que as mudanças entrem em vigor, falta apenas a promulgação pelo Congresso, o que deve ocorrer na retomada dos trabalhos legislativos. As regras constitucionais atuais estão em vigor desde a promulgação da Emenda Constitucional 32, em 2001. A PEC define prazos específicos para cada fase de tramitação das MPs. A comissão mista de deputados e senadores terá 40 dias para votar a proposta. Em seguida, a Câmara dos Deputados terá mais 40 dias. Depois disso, é a vez do Senado, que terá 30 dias para analisar a PEC. Se os senadores apresentarem emendas, os deputados terão mais dez dias para apreciá-las. Nenhum desses prazos poderá ser prorrogado. Fonte: Agência Senado.

**Abertura comercial e a promessa de crescimento econômico.** A abertura comercial é favorável ao crescimento econômico, inclusive de países emergentes como o Brasil com renda per capita média no conjunto das nações. A avaliação é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, que está publicando sobre mais de 700 acordos comerciais feitos entre diversos países entre 1995 e 2015. “Em estágios iniciais de desenvolvimento, o protecionismo pode fazer sentido como fez no Brasil do passado, para dar início a esse processo de crescimento. Mas quando chega ao nível de renda média que o Brasil tem, a abertura comercial se torna uma necessidade, porque é preciso gerar competição, ganhos de eficiência e redução de custo”, disse à Agência Brasil Fernando José Ribeiro, um dos autores do estudo “[Liberalização das Importações: unilateral ou por meio de acordos comerciais?](#)”. Fonte: Agência Brasil.

**Sanções econômicas dos EUA contra Irã repercutem no mercado brasileiro.** O presidente Jair Bolsonaro afirmou na sexta (19) que empresas brasileiras foram alertadas, pelo governo, sobre embargos econômicos impostos pelos Estados Unidos contra o Irã, que podem afetar as relações comerciais entre o Brasil e o país islâmico. O presidente abordou o assunto ao ser questionado sobre a recusa da Petrobras em abastecer dois navios iranianos que estão, desde junho, ancorados próximos ao Porto de Paranaguá (PR). Com isso, eles ficam impedidos de retornar ao país de origem. A Petrobras teme violar a legislação norte-americana devido ao embargo, o que poderia trazer graves prejuízos para a empresa, que é grande exportadora de petróleo para os EUA e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. O Irã é um importante destino de produtos agrícolas brasileiros. A balança comercial entre os dois países é amplamente favorável ao Brasil. Em 2018, por exemplo, foram exportados mais de US\$ 2,26 bilhões de dólares para o país islâmico, enquanto o Brasil importou US\$ 39,9 milhões, resultando em um saldo positivo de US\$ 2,22 bilhões. O principal produto brasileiro vendido ao Irã é justamente milho em grãos, que representa 36% do total de

exportações, seguido por soja (34%), farelo de soja (12%), carne bovina (12%) e açúcar de cana (5,5%). Fonte: Agência Brasil.

**Previsão de novos cortes orçamentais.** O presidente Jair Bolsonaro afirmou neste sábado (20) que deverá fazer um "novo corte" no Orçamento, de R\$ 2,5 bilhões. Segundo o presidente, o governo ainda está decidindo em qual pasta será feito o corte. Em janeiro, o orçamento sancionado por Bolsonaro era de R\$ 3,381 trilhões. Em março, o governo anunciou um primeiro bloqueio de R\$ 29 bilhões. Em valores absolutos as áreas que sofreram maior bloqueio foram Educação (R\$ 5,83 bilhões) e Defesa (R\$ 5,1 bilhões). O bloqueio é um congelamento de uma parcela das verbas do Orçamento Federal com o objetivo de tentar cumprir a meta de *déficit* primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões para este ano. No início de maio, o governo anunciou um bloqueio de 30% no orçamento de todas as universidades e institutos federais e usou chocolates para explicar o contingenciamento. O Ministério da Educação explicou, na ocasião, que o bloqueio atingiu 3,4% do orçamento total das universidades federais. Fonte: G1 Notícias.

**Novas oportunidades para o mercado de crédito privado no país.** A combinação de juros baixos e mudança na política para concessão de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) alterou a dinâmica de captação de recursos no país. Atualmente, com o custo mais alto para tomar empréstimos no banco público e o rendimento mais baixo dos títulos do Tesouro, o mercado de renda fixa privada vem crescendo. Essa mudança pode ser vista no volume captado pelas empresas por meio das debêntures (papéis de dívida de empresas). Se o avanço do crédito privado se consolidar ao longo dos anos, o Brasil vai lidar com uma importante transformação estrutural. Por tempos, o crédito público foi o principal financiador de grandes companhias brasileiras. Na sexta-feira (19), o novo presidente do BNDES, Gustavo Montezano, reforçou que o banco deve reduzir a concessão de empréstimos. Fonte: G1 Notícias.

**Para o Governo, a Reforma Tributária está direcionada à simplificação dos impostos federais.** O presidente Jair Bolsonaro afirmou na sexta-feira (19) que a CPMF não voltará e novos impostos não serão criados na proposta de reforma tributária do governo, mas disse que o Congresso tem seu próprio projeto para o tema. Segundo o presidente, a ideia do governo federal é fazer uma reforma tributária apenas simplificando os impostos federais, sem envolver arrecadação de Estados e municípios. "Isso não dá certo", afirmou. O presidente disse ainda que a proposta do governo pode fundir quatro ou cinco impostos, mas assegurou que a "CPMF de volta, não". O presidente explicou que foi apresentado a uma versão inicial da proposta de reforma tributária pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, e que o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, afirmou que as alterações iriam manter o percentual total de arrecadação, diminuindo o montante de impostos. Fonte: Reuters.

**Prioridades da CCJ da Câmara para o segundo semestre serão as Reformas da Previdência e Tributária.** Reforma da Previdência, reforma tributária, pacto federativo, pacote anticrime, constitucionalidade do decreto das armas e 50 medidas para a desburocratização deverão ocupar a pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) no segundo semestre de 2019. A informação foi dada pela presidente do colegiado, senadora Simone Tebet (MDB-MS). Embora já haja projetos para a reforma do sistema de impostos em tramitação na Câmara e no Senado, Simone acredita que o texto a ser enviado pelo Executivo é que deverá servir de base para as demais propostas, "sob pena de não acontecer nenhuma reforma". De acordo com a senadora, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, deverá se reunir com o presidente Jair Bolsonaro para buscar entendimento sobre a versão final da matéria. Fonte: Agência Senado.

**Corte de R\$ 1,44 bilhão do Orçamento.** Depois de revisar para baixo a expectativa de crescimento da economia neste ano, o Ministério da Economia anunciou hoje um novo bloqueio de gastos de R\$ 1,44 bilhão no orçamento deste ano. O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, não informou quais áreas do governo sofrerão cortes. Segundo ele, o detalhamento sobre o bloqueio nos gastos será divulgado somente no final deste mês, por meio de decreto presidencial. O objetivo da área econômica, ao conter despesas na peça orçamentária, é tentar atingir a meta de um *déficit* primário (despesas maiores do que receitas, sem contar juros da dívida pública) de até R\$ 139 bilhões fixada para este ano. Fonte: G1 Notícias.

## Previdência

**Após reforma da Previdência, risco país cai ao menor patamar desde 2014.** Com a aprovação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara dos Deputados e a previsão de que o texto passe em segundo turno sem dificuldades, a percepção de risco do investidor internacional sobre o Brasil caiu para o menor patamar em quase cinco anos. O Credit Default Swap (CDS) de cinco anos, espécie de termômetro do risco país, era negociado na sexta-feira, 19, em 128 pontos, patamar que não era registrado desde setembro de 2014 – quando o Brasil era classificado como

grau de investimento pelas agências de rating. Além do avanço na reforma previdenciária, contribuiu para a redução do risco país o cenário de um mercado internacional mais calmo, com a perspectiva de queda do juro nos Estados Unidos e na Europa. Fonte: O Estado de S. Paulo

**SP e RS devem liderar já reforma da Previdência nos estados, diz especialista.** São Paulo e Rio Grande do Sul precisam liderar a reforma previdenciária nos estados assim que a nova lei federal for aprovada pelo Congresso, defende o economista Fabio Giambiagi, que há 26 anos estuda contas públicas e Previdência Social. Os governadores paulista e gaúcho, afirma, mostram “grau de controle importante” da agenda legislativa estadual. “Se esses dois estados-chave derem o tom, outros seguirão atrás, até mesmo copiando os termos das propostas.” Outra solução terá que ser dada para os regimes municipais. “Definitivamente não há a menor condição de os municípios fazerem suas próprias reformas”, afirma. Fonte: Folha de S. Paulo

**Suposto canal de diálogo aberto entre a Secretaria de Governo da Presidência da República e o Parlamento.** O ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Luiz Eduardo Ramos, disse na sexta (19), que pretende manter uma boa relação com os parlamentares de todo o espectro político. “O ódio não constrói, só destrói. O amor, a tranquilidade, a serenidade, ajudam a diminuir as tensões. É sob esse viés que eu vou fazer o meu trabalho, independente de partidos”, ressaltou ao participar de um almoço com empresários. Ramos defendeu a busca de entendimento com grupos que têm linhas de pensamento diferentes para construir propostas para os problemas do país. “A solução em que eu acredito é no diálogo e na transparência do debate, no convencimento, e aceitando também ideias que não são totalmente as que nós concordamos. Mas que nós possamos, mesmo com opiniões divergentes, construir soluções convergentes para o melhor do Brasil”, disse. Fonte: Agência Brasil.

## ASSEPRO Último Foco

**Leilão da telefonia móvel 5G deve movimentar R\$ 20 bi.** Previsto para março de 2020, o leilão de frequências para a quinta geração da telefonia celular (5G) deve movimentar cerca de R\$ 20 bilhões, segundo o conselheiro da Anatel Vicente Aquino, relator do edital no órgão regulador. Desse total, R\$ 10 bilhões devem ir para o caixa do governo. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, Aquino explica que, quanto mais obrigações de investimento para cumprimento de políticas públicas forem colocadas para as empresas, como cobertura em áreas mais afastadas, menor será a arrecadação. Um dos problemas que devem ser tratados no edital do leilão é o das antenas parabólicas, presentes em 19 milhões de casas e que sofrem interferência de sinal na faixa de 5G. Fonte: O Estado de S. Paulo

**Doria tenta atrair R\$ 37,6 bi em parcerias e concessões.** Com as limitações fiscais decorrentes da crise econômica, o governo de São Paulo resolveu apostar em um programa de concessões e parcerias para tentar atrair até R\$ 37,6 bilhões em investimentos privados ao estado. Elaborado desde o início do ano, o programa foca na internacionalização. Em agosto, o governador João Doria (PSDB) irá à China abrir o primeiro escritório comercial do estado no exterior com um portfólio de 21 projetos a tiracolo —16 concessões e 5 PPPs. “Nossa preocupação maior é com o investimento, não tanto com outorgas fixas, que é uma característica dos programas anteriores. Queremos tocar os projetos em dois anos, enquanto os 20 anos anteriores somaram 40 iniciativas”, diz o presidente da agência de investimentos do estado, a InvestSP, Wilson Mello. Fonte: Folha de S. Paulo

**MP da liberdade econômica poderá gerar impactos no mercado de tecnologia e inovação.** A Medida Provisória 881, de 2019, da liberdade econômica, traz em seus artigos um conjunto de dispositivos com potencial de impacto na inovação de empresas de tecnologia, a exemplo das conhecidas como *startups*. O texto trata dos direitos dos agentes econômicos e impõe limites à ação do Estado em diversos aspectos, da solicitação de autorizações à emissão de regulamentos com obrigações das empresas. A MP foi aprovada em 12 de julho na comissão mista criada para analisar o seu mérito. Para ser confirmada, precisa ainda de aprovação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O projeto de lei de conversão votado na comissão incluiu pontos e ampliou o escopo da redação original. Fonte: Agência Brasil.

**Permanece benefícios para empregados demitidos sem justa causa.** O presidente Jair Bolsonaro disse sábado (20) que não vai propor o fim da multa de 40% sobre o salto do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de empregados demitidos sem justa causa. “Em nenhum momento vocês vão me ouvir falando de acabar com multa de 40% FGTS”, disse a jornalistas, em entrevista em frente ao Palácio do Alvorada. Ele ponderou, no entanto, que a multa virou regra, uma vez que é difícil ocorrer, segundo ele, demissões sem justa causa. “Difícilmente, você dá demissão por justa causa. Mesmo dando, o cara entra com ação contra você. Difícilmente se ganha ação nesse sentido. Os patrões pagam [a multa]”, disse. Fonte: Agência Brasil.

**E-commerce B2B e o aquecimento da economia.** Segundo o índice *Business-to-Business Online* (B2BOL), medido há 17 anos pela *E-Consulting*, o comércio eletrônico estabelecido entre empresas no Brasil tem a previsão de faturar aproximadamente R\$ 2,39 trilhões em dezembro 2019. Um aumento de 17,1% em relação ao ano passado, que fechou o período arrecadando R\$ 2,04 trilhões. Mais um ano, os *marketplaces* fechados, que são transações feitas entre a indústria e as suas cadeias produtivas e ecossistemas, vão puxar o comércio virtual brasileiro, representando cerca de 76,1% de toda a movimentação prevista para o ano. De acordo com números da E-Consulting, a expectativa é que os negócios digitais brasileiros arrecadem R\$ 1,82 trilhão somente nesta modalidade, tendo um incremento de 15,2% em comparação com o R\$ 1,58 trilhão conquistado em 2018. Fonte: Convergência Digital.

**Regras de ex-tarifários.** Em vez de revogar o texto da portaria 309, que prevê o fim do imposto de importação até 2020 sobre bens de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicações) e BKs (Bens de Capital) não produzidos no Brasil, o governo quer editar nova portaria para esclarecer questões que, no entender das entidades industriais, trazem subjetividade ao texto em vigor. Diz Caio Megale, secretário de Desenvolvimento da Indústria da Secretaria Especial de Produtividade do Ministério da Economia, através da assessoria de imprensa, que a pasta “está trabalhando em uma portaria de regulamentação para dirimir dúvidas e explicitar os processos de aferição dos critérios estabelecidos”. Fonte: TeleSintese.

**InovAtiva Brasil fica em 1º lugar em ranking da 100 Open Startups.** O programa de aceleração de startups do Ministério da Economia, o InovAtiva Brasil, ficou em primeiro lugar no ranking Top 10 Ecosystem da publicação 100 Open Startups, usada como referência por grandes corporações e investidores para identificar os principais atores de inovação do Brasil. Foi a primeira vez que a publicação analisou instituições fomentadoras e o InovAtiva – considerado o maior programa de aceleração de startups da América Latina – liderou o ranking com 40 pontos, seguido pelo Sebrae (25 pontos), Endeavor, AHK e Fapesp (com 16 pontos cada). Fonte: ASCOM - ME